



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

## **Luta de classes ou luta de raças? O protesto social no Brasil<sup>1</sup>**

Diogo Valença de Azevedo Costa

Márcia da Silva Clemente<sup>2</sup>

### **Introdução**

A proposta do presente trabalho será analisar, sob o prisma teórico e metodológico, os conceitos de raça e classe a partir do surgimento do protesto social das ações afirmativas no Brasil. Embora tais debates sobre ações afirmativas remontem a pouco mais da segunda metade do século XX, para efeito dessa discussão iremos nos reportar especificamente à década de 1990, uma vez que neste período histórico as controvérsias e os embates a esse respeito se intensificaram em variados setores da sociedade civil brasileira. No âmbito nacional, a incorporação desse debate foi bastante tardia, a despeito das profundas desigualdades raciais aqui encontradas, tanto que a implantação de algumas medidas só foi efetivada após 2001, quando o Brasil se tornou um dos países signatários da Conferência de Durban contra o racismo, xenofobia e intolerâncias correlatas. As intervenções dos agentes sociais pró e contra envolvidos nessa questão se voltam para a afirmação ou negação da pertinência da categoria raça para compreender as injustiças sociais no Brasil. Os que negam essa pertinência procuram afirmar que o preconceito seria apenas econômico, social ou de classe. Ao contrário, nossa principal indagação se refere ao modo como as categorias de raça e classe, consideradas em suas especificidades e interações, podem ser utilizadas para analisar esse processo histórico de luta pelas ações afirmativas e as resistências das elites e camadas médias à sua efetivação nas diversas instituições brasileiras. Nesse sentido, nosso objetivo será mapear esse protesto social, localizando-o nos aspectos históricos da sociedade brasileira vinculados às dominações de raça e classe e nas afirmações políticas do manifesto negro. Essa tarefa nos permitirá traçar um painel das críticas, dos impasses e avanços na combinação

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao XI Congresso Afro-luso-Brasileiro, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador-BA, de 7 a 10 de agosto de 2011.

<sup>2</sup> Diogo Valença de Azevedo Costa é professor de Sociologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e Márcia da Silva Clemente é professora de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

entre as lutas de raça e classes na sociedade brasileira. O primeiro passo será resgatar o debate sociológico sobre as categorias de raça e classe no Brasil e suas formas específicas de manifestação do racismo. Delimitaremos essa recuperação histórica aos estudos clássicos de Florestan Fernandes e autores mais recentes que dialogaram criticamente com seus estudos sobre o negro na sociedade de classes, a exemplo de Antonio Sérgio Alfredo Guimarães. Esse último está envolvido diretamente no debate sobre ações afirmativas e constituirá a ligação com a segunda parte do trabalho, voltada para a análise do protesto negro atual. Neste segundo momento, o enfoque incidirá sobre as posições pró e contra as ações afirmativas, apontando o perfil racial e de classe das divergências de opinião. Os debates sobre as questões raciais foram intensificados por conta da existência de ações concretas, revelando as barreiras racistas existentes na formação social brasileira. A análise desse protesto social a partir das categorias de raça e classe constitui uma rica oportunidade para compreender as raízes mais profundas das desigualdades nas estruturas políticas, culturais e sociais no Brasil.

## 1. Os conceitos sociológicos de raça e classe: a situação brasileira

Não seria possível resumir, aqui, toda a tradição de estudos sociológicos sobre raças e classes no Brasil. Tais estudos, se recuarmos até a década de 1930 do século passado, remontam pelo menos às investigações de forte teor culturalista de Gilberto Freyre sobre a sociedade patriarcal brasileira. Nosso propósito é muito mais circunscrito e se volta para a análise das categorias raça e classe a partir dos debates sobre ações afirmativas e cotas para negros nas universidades públicas brasileiras. Se nos baseamos de forma restritiva apenas em autores como Florestan Fernandes e Antonio Sérgio Alfredo Guimarães é porque o primeiro esteve vinculado ideologicamente, em especial com seu livro *O negro no mundo dos brancos* (2007[1972]), à radicalização crescente do protesto político da comunidade negra nos anos 70<sup>3</sup> e o segundo, na qualidade de estudioso das relações raciais brasileiras, está associado ao debate atual sobre ações afirmativas. Além disso, são dois autores que

---

<sup>3</sup> O Movimento Negro Unificado (MNU) surge em 1978 na cidade de São Paulo e suas denúncias contra o mito da democracia racial coincidem com as teses sociológicas de Florestan Fernandes.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

assumem a perspectiva crítica de superação das desigualdades raciais a partir das situações de interesse dos grupos racialmente dominados, os negros no Brasil. Esse referencial, por outro lado, se revela forçosamente incompleto e arbitrário a se julgar pela ausência de *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil* (1979), de Carlos Hasenbalg, obra fundamental quando se trata de discutir as complexas interações entre raça e classe. No entanto, dado o caráter aproximativo de nossos esforços, os enfoques adotados em separado por Fernandes e Guimarães são suficientes em termos do delineamento inicial de nosso objetivo: a de construir uma análise sociológica politicamente orientada – isto é, a favor das ações afirmativas – das tentativas atuais de corrigir as profundas desigualdades raciais historicamente presentes em nossa formação social.

Essa análise passa fundamentalmente pela investigação das reações favoráveis e desfavoráveis às cotas e ações afirmativas, as quais indicam as percepções dos agentes sociais quanto ao caráter racializado da sociedade brasileira e ao componente especificamente racial da dominação política das elites das classes dominantes. O debate sobre cotas e ações afirmativas teve o mérito de revelar tais discussões entre setores da população, em particular as classes médias brancas<sup>4</sup>, inteiramente indiferentes a esses dilemas, mesmo que suas posições sejam negativas e reativamente contrárias. A argumentação geralmente utilizada por esses setores é a de que, no Brasil, as desigualdades são apenas econômicas e não de raças. Mesmo em setores da esquerda, essa ideologia é reproduzida, a exemplo do Movimento Negro Socialista, que se posiciona frontalmente contra as cotas e ações afirmativas, recebendo o apoio de partidos comunistas tradicionais como o Partido Comunista do Brasil (PC do B). A principal luta seria a dos trabalhadores, como classes antagônicas ao capital, e a luta de raças apenas serviria para dividir as lutas populares. Trata-se de perguntar, portanto, se o protesto social no Brasil deve se fundamentar na luta de classes ou luta de raças. A resposta que podemos avançar, a julgar pelos movimentos sociais da atualidade, é que essas duas formas de luta não se excluem e muito menos seriam redutíveis entre si. A obra sociológica de Florestan Fernandes constitui uma tentativa já clássica de superar a dicotomia raça/classe, embora seus trabalhos tenham sido interpretados à maneira de

---

<sup>4</sup> Aqui se assume como hipótese de que as elites e classes médias brancas, ou socialmente tidas como brancas, negam a existência do racismo, da discriminação racial e do preconceito de cor no Brasil.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

uma redução do preconceito de cor e discriminação racial a relações de classe. A hipótese da imbricação entre raça e classe, de suas formas correlatas de exploração, alienação e dominação na formação social brasileira, serve para explicar a existência de pólos antagônicos no debate sobre ações afirmativas. Por isso iremos apresentar de modo resumido as contribuições de Fernandes sobre as relações raciais no Brasil.

O tema das relações raciais está presente na obra de Florestan Fernandes desde o início de sua trajetória acadêmica, que se estende de seu ingresso no curso de ciências sociais na Universidade de São Paulo, em 1941, e termina com sua aposentadoria compulsória por decorrência do AI-5, em 1969. A maior parte de seus escritos sobre o negro se situa nesse intervalo de tempo. Limitando-se a suas publicações em língua portuguesa, ou seja, excetuando-se seus trabalhos traduzidos para outros idiomas, como inglês e alemão, e seus artigos produzidos para coletâneas estrangeiras, os escritos sobre a temática racial compreendem: primeiro, na década de 1940, trabalhos resultantes de pesquisas de campo envolvendo aspectos folclóricos e religiosos, a exemplo de “Representações coletivas sobre o negro: o negro na tradição oral”, série de três artigos publicados em *O Estado de São Paulo* no ano de 1943, de “Contribuição para o estudo de um líder carismático”, história de vida de João de Camargo, ex-escravo e fundador de um culto sincrético na região de Sorocaba, colhida em 1942, mas publicada pela primeira vez em 1951 e, por fim, de “Congadas e batuques em Sorocaba”, artigo redigido em 1942<sup>5</sup>; segundo, no início da década de 1950, o projeto de estudo redigido para a *Pesquisa Unesco* sobre relações raciais na cidade de São Paulo, sob o título de “Raça e sociedade: o preconceito racial em São Paulo” (1951), e o relatório resultante da referida pesquisa, o livro *Branços e negro em São Paulo*, publicado pela editora Anhembi em 1955<sup>6</sup>; terceiro, na década de 1960, a tese de cátedra defendida em 1964 sob o título de *A integração do negro na sociedade*

---

<sup>5</sup> Esses três trabalhos podem ser consultados atualmente em Florestan Fernandes, *O negro no mundo dos brancos*, 2. ed., São Paulo, Global, 2007, p. 225-85.

<sup>6</sup> O projeto de estudo pode ser consultado em Florestan Fernandes, *A sociologia numa era de revolução social*, 2. ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1976, p. 283-313. Já o relatório resultante da Pesquisa Unesco foi reeditado recentemente, cf. Roger Bastide e Florestan Fernandes, *Branços e negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana*, 4. ed., São Paulo, Global, 2008.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

de classes<sup>7</sup>; quarto, na década de 1970, a publicação dos livros *O negro no mundo dos brancos* (2007), cuja primeira edição foi de 1972, embora reunindo artigos escritos, na sua maioria, entre 1965 e 1969, os quais denotavam uma politização maior da temática racial, e *Circuito fechado* (1976), cuja primeira parte possui um estudo sobre a sociedade escravista no Brasil e um balanço da situação do negro após 25 anos da realização da Pesquisa Unesco<sup>8</sup>; por último, nas décadas de 1980 e 1990, já afastado do ambiente universitário os textos giram em torno, ou dos embates políticos do movimento negro, a exemplo de *O significado do protesto negro* (1989), cujos artigos foram escritos, na sua maioria, no período do mandato de Florestan Fernandes como deputado constituinte pelo PT, ou de propostas de leis que combatam o racismo e a desigual situação dos negros, a exemplo de seu projeto de emenda constitucional (Fernandes, 1994). Algo importante a ser observado, nos trabalhos de Florestan Fernandes sobre o negro brasileiro, é que o panorama histórico se situa predominantemente na sociedade de classes e não no período da escravidão. Os textos em que o trabalho escravo e a sociedade escravista foram considerados diretamente por Fernandes podem ser facilmente citados: os dois primeiros capítulos de *Branços e negros em São Paulo*, “Do escravo ao cidadão” e “Cor e estrutura social em mudança”, e o primeiro capítulo de *Circuito fechado*, “A sociedade escravista no Brasil”. Sua preocupação principal é, portanto, o negro em meio às transformações da sociedade de classes no Brasil e sua correspondente ordem social competitiva, isto é, como os descendentes dos antigos ou ex-agentes do trabalho escravo foram sendo incorporado à categoria histórica do trabalho livre. A esse respeito, sua tese central foi a de que os padrões assimétricos de relações raciais entre negros e brancos foram incorporados na moderna sociedade brasileira de classes. Essa tese, entretanto, sofreu oscilações, pois Fernandes sugeriu algumas vezes a possibilidade do desenvolvimento da ordem social competitiva eliminar o preconceito de cor e a discriminação racial, um caminho histórico não realizado. Porém, como veremos logo a seguir, a radicalização

---

<sup>7</sup> Esse trabalho foi reeditado recentemente em Florestan Fernandes, *A integração do negro na sociedade de classes*, 5. ed., São Paulo, Global, 2008, 2v. Na próxima parte do artigo, esse livro será debatido um pouco mais extensivamente, porém utilizando-se da quarta edição de 1978.

<sup>8</sup> Os dois ensaios, “A sociedade escravista no Brasil” e “25 anos depois: o negro na era atual”, foram redigidos em meados da década de 1970 e compõem a primeira parte, intitulada “Brasil: passado e presente”, de Florestan Fernandes, *Circuito Fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”*, São Paulo, HUCITEC, 1976.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

política de seu pensamento sociológico em relação à temática racial iria descartar tal alternativa.

A politização e a radicalização progressivas da sociologia de Florestan Fernandes, contidas em sua abordagem da temática racial, podem ser observadas em sua evolução intelectual<sup>9</sup>. Após mais de uma década de início da pesquisa com Bastide, realizada sob os auspícios da Unesco, o autor redige a tese que será defendida no concurso de cátedra da cadeira de Sociologia I da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, *A integração do negro na sociedade de classes*. Nessa obra, que pode ser tomada como um verdadeiro clássico das ciências sociais brasileiras, Florestan Fernandes não só faz uma descrição e uma interpretação objetivas da situação da existência do negro e do mulato na emergência da sociedade de classes e da ordem social competitiva, como também revela as potencialidades do despertar da consciência de luta por parte das vítimas do preconceito de cor e da estratificação social subordinada ao critério da raça e das tentativas de superação das desigualdades raciais e correspondente ausência de uma autêntica democracia racial. De fato, uma das grandes especificidades da análise desenvolvida por Florestan Fernandes é a de não desvincular a pesquisa direcionada ao presente concreto, histórico, de suas conexões com o passado e com as possibilidades de transformações futuras, isto é, com o tempo *in flux* dos processos sociais, e das convicções, aspirações e alternativas políticas mais profundas que subjazem a essa realidade – o que, nada mais, nada menos, representa um dos requisitos fundamentais da abordagem dialética dos processos sociais em seu dinamismo interno de concretização dos elementos e categorias históricos deles constitutivos.

A utilização vigorosa da abordagem dialética em sociologia é, portanto, aqui erigida numa das mais importantes contribuições específicas de Florestan Fernandes ao exame do dilema racial brasileiro, explicando tanto a politização e a radicalização mais intensas de suas posições científicas na sociologia, quanto a crescente participação que a problemática do negro passará a desempenhar, politicamente, em

---

<sup>9</sup> A presente parte do trabalho se baseia nas idéias desenvolvidas em conjunto com as pesquisadoras Eliane Veras Soares e Maria Lúcia de Santana Braga. A esse respeito, ver Eliane Veras Soares, Maria Lúcia de S. Braga e Diogo Valença de A. Costa, “O dilema racial brasileiro: de Roger Bastide a Florestan Fernandes ou da explicação teórica à proposição política”, *Sociedade e cultura*, Goiânia, 5(1): 35-52, jan./jun., 2004.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

seu conhecimento da realidade social brasileira. Neste tópico, buscamos perceber as formas de articulação das características acima descritas, sua presença em *A integração do negro na sociedade de classes*. Cumpre salientar, contudo, que a base para o desenvolvimento da linha de argumentação a ser apresentada foi sugerida, em grande medida, pela leitura de alguns dos comentadores da obra de Florestan Fernandes e de estudiosos de aspectos de seu pensamento e de sua trajetória intelectual e política. De um modo sintético, serão destacadas algumas das sugestões fornecidas por autores adiante citados, a fim de se proceder, em seguida, à discussão propriamente dita da principal obra de Fernandes referente à temática das relações raciais e do negro.

Em 1986, foi promovida uma jornada de estudos sobre aspectos da obra de Florestan Fernandes, realizada no campus de Marília da Universidade Estadual de São Paulo (Unesp). Os textos apresentados durante a jornada foram reunidos em livro intitulado *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. Dentre os ensaios, é importante remeter a três que abordaram diretamente a temática da questão racial: “A imagem do negro brasileiro”, de Claude Lépine; “A questão racial e a revolução burguesa”, de Élide Rugai Bastos; “Raça e classe social no Brasil”, de João Baptista Borges Pereira. Será, entretanto, o depoimento de Antonio Candido que vai apontar um dado de forte relevância para um entendimento mais acurado do lugar ocupado pelos estudos raciais no conjunto da produção sociológica de Florestan Fernandes. Aludindo ao projeto da Unesco, que representa uma fase particular do desenvolvimento intelectual deste último, Candido afirmará:

[...] a tarefa decisiva dos anos 50 se ordenou em torno do negro, pois naquela altura ele aceitou participar com Roger Bastide na direção de uma pesquisa da Unesco sobre as relações raciais entre brancos e negros em São Paulo. Aí começou o cruzamento das duas linhas: o sociólogo de grande formação teórica e o intelectual de grande consciência política encontraram pela frente um problema que solicitou a sua combinação. Com efeito, o negro não era algo remoto como o Tupinambá<sup>10</sup>, mas um cidadão vivendo ao nosso lado, espoliado,

---

<sup>10</sup> Florestan Fernandes produziu dois grandes estudos sobre os tupinambás, uma civilização exterminada, graças a uma pesquisa de reconstituição histórica cujos dados foram coletados por meio dos relatos de cronistas da época. Os estudos foram produzidos numa abordagem estrutural-funcionalista em sociologia, dando origem aos trabalhos *A organização social dos Tupinambá* (sua dissertação de mestrado, defendida na Escola de Sociologia e Política de São Paulo em 1947) e *A função social da guerra na sociedade Tupinambá* (a tese de doutorado defendida na USP em 1951).



vítima do preconceito, participando da mesma dinâmica social que nós. Daí talvez a pesquisa da Unesco ter sido uma oportunidade para Florestan desenvolver formas extremamente participantes de Sociologia. Basta lembrar alguns aspectos do método que usou, como as reuniões promovidas entre líderes e militantes negros, junto com os seus colaboradores e outros interessados. Com isso estava dando simultaneamente aos negros certa forma de consciência política e de organização. E ainda mais: a partir da compreensão dos problemas deles, estava amadurecendo a maneira do intelectual intervir na sociedade que gerava tais problemas. (Candido, 1987: 34-35)

Em *Florestan Fernandes: o militante solitário*, Eliane Veras Soares (1997) destaca as auto-avaliações de Fernandes sobre a importância do estudo sobre o negro no conjunto de sua própria produção e de sua orientação política. Valeria a pena transcrever um longo trecho dessa auto-avaliação:

A pesquisa [das relações raciais] [...] foi algo de fascinante porque, apesar de tudo o que se sabe sobre a vida das pessoas pobres no Brasil e da identificação que o intelectual pode ter com a vida dessas populações, eu me senti tão compensado com o fato de estar fazendo aquela pesquisa, que aquilo tudo deu novo sentido à sociologia para mim (e deu sentido ao meu trabalho e ao que eu pretendia fazer com a pesquisa sociológica).

De um ângulo teórico esse foi o trabalho que teve maiores consequências para mim, seja para conhecer o Brasil como sociedade nacional, seja para chegar à temática da sociologia do subdesenvolvimento e da dependência. Além disso, me senti como ser humano em comunhão com outros seres humanos. Nenhum outro trabalho meu anterior me permitiu essa comunicação endopática em profundidade.

O impacto que eu recebi no estudo do negro não foi brincadeira. Estabeleceu-se uma base de identificação psicológica profunda, em parte por causa do meu passado, em parte por causa da minha experiência socialista prévia, em parte graças à origem que tenho – descendo de uma família de imigrantes portugueses que se destroçou em São Paulo –, condições sem as quais provavelmente tudo isso não apareceria e eu seria o típico sociólogo profissional “neuro”, “seco” e “impecável”. (Fernandes *apud* Soares, 1997: 46-47)

Esses depoimentos de Florestan Fernandes coincidem, em alguma medida, com o que ele mesmo escreveu na nota explicativa de *A integração do negro na sociedade de classes*, com um certo tom irônico:

[...] os leitores irão notar (e alguns, provavelmente, estranhar) um constante esforço de projeção endopática na situação humana do negro e do mulato. Devemos salientar que essa projeção nasce de uma simpatia profunda e de um desejo ardente de compreender os dilemas com que o “negro” se defronta socialmente. Procuramos evitar, cuidadosamente, que esse estado de espírito interferisse nas interpretações: se aqui ou ali exageramos na conta, paciência! Tantos já erraram por motivos diferentes, deformando e detratando o “negro”, que não haveria mal maior em tal compensação [...]. (Fernandes, 1978: 13)



É interessante observar outros dois depoimentos mencionados por Eliane Veras Soares. O primeiro, de Fernando Henrique Cardoso, sua intervenção na “Jornada de Marília”, quando ressalta a mudança de postura teórica na sociologia de Florestan Fernandes a partir da investigação das relações raciais, ponderando que

foi com a paixão de descobrir o negro na realidade brasileira, de situá-lo, que de repente se passou a outro nível, mais abstrato, e Florestan Fernandes recompôs uma série de modelos teóricos de explicação da realidade [...] esforço permanente que permite misturar o histórico e o estrutural [...] juntar aquilo que é momentâneo com o que é estrutura, o que é configuração com o processo que o forma. Não se pode fazer isso sem introduzir a dialética<sup>11</sup>. (Cardoso *apud* Soares, 1997: 45-46)

O segundo depoimento foi fornecido à autora em julho de 1991 por Ruth Cardoso e revela, simultaneamente, a “inovação da temática e o aspecto político da pesquisa sobre o negro” (Soares, 1997: 46): “Naquele momento ninguém falava de preconceito no país. É um tema que tem uma implicação política ao qual a ciência podia dar uma contribuição” (Cardoso *apud* Soares, 1997: 47). Antes, a autora refere-se ao tipo de técnica de coleta de dados empregado por Florestan Fernandes e como isso refletia na própria politização dos negros e da própria pesquisa:

A sociologia passou a ser vivida como uma paixão partilhada não apenas com os seus pares mas também com os excluídos e os marginalizados, em parte, graças à metodologia de trabalho utilizada para a coleta de dados. Representantes das comunidades negras eram reunidos em um anfiteatro para colocar os seus problemas e discuti-los. Como ainda não havia o recurso ao gravador, as anotações eram taquigrafadas. No olhar de Antonio Candido, essa experiência representou um marco na trajetória de Florestan Fernandes, uma vez que propiciou o surgimento de sua faceta de líder. (Soares, 1997: 47).

Aproveitando todas as sugestões anteriormente levantadas pelos autores citados, passa-se agora a destacar, a partir da leitura de *A integração do negro na sociedade de classes*, a estreita vinculação entre as posições metodológicas de Florestan Fernandes e a militância política que assume em defesa da autonomia e afirmação do movimento negro. É preciso, entretanto, que se tenha em mente o caráter

---

<sup>11</sup> Antes dessa citação, Eliane Veras Soares escrevera: “Para Fernando Henrique Cardoso, o estudo sobre o negro revelou não só a solidariedade de Florestan Fernandes para com ‘os de baixo’ – demonstrada pela existência de um forte conteúdo afetivo e ‘uma certa bronca com a sociedade senhorial’ – como também significou a introdução da problemática das classes sociais nos estudos do autor, até então orientados pela teoria funcionalista” (Soares, 1997: 45).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

eminentemente sociológico do livro, que se evidencia ao longo de todos os capítulos dos dois pesados volumes que o compõem. Atente-se para o fato de que não somente os conceitos provêm da sociologia – estamentos, castas, classes, ordem social competitiva etc. –, mas o próprio modo de raciocínio, inserindo todos os elementos da argumentação em estruturas mais gerais, institucionalizadas ou não, do meio social inclusivo, simultaneamente em seus aspectos sincrônicos e diacrônicos, é tipicamente sociológico. Por isso, não se pode confundir a análise desenvolvida por Florestan Fernandes com uma sorte qualquer de materialismo rasteiro ou grosseiro, de tipo mecanicista e avesso às idéias de Marx, que reduza o homem à dimensão limitada de um ser produtor ou simplesmente imerso em relações de produção ou de classe.

O aspecto da análise empreendida por Florestan Fernandes que se procurará enfatizar aqui será justamente o diacrônico, vinculado a uma abordagem dialética dos fenômenos e processos sociais. O método dialético, tal como fora concebido em sua versão materialista clássica, por Marx e Engels, revela num único movimento do conhecimento – quando aplicado aos fatos históricos – as condições objetivas destes e as suas potencialidades de transformação por intermédio de seus fatores subjetivos, que são dados pela consciência social dos homens, dos sujeitos da história. A utilização da abordagem dialética por Florestan Fernandes na sociologia também apresenta essa mesma conexão de sentido, ou seja, a vinculação orgânica entre a investigação das condições concretas, reais, objetivas, de existência e a visualização e percepção das formas de elaboração dessas condições na consciência dos sujeitos históricos e seu redimensionamento ideológico, utópico e político. Por isso, Fernandes preocupa-se não apenas com a situação real de existência do negro e do mulato, que descreve em termos pungentes no capítulo sobre pauperização e anomia social, indo mais além, apontando e caracterizando sociologicamente as tendências de transformação da própria realidade, da sua situação objetiva, por meio do importante papel desempenhado nessa superação pelos movimentos sociais no meio negro, daí porque grande parte do segundo volume de *A integração do negro na sociedade de classes* ter sido dedicada ao estudo das manifestações contra o preconceito racial.

Não seria o lugar aqui para resumir detalhadamente o conteúdo de todo o livro, de todos os seus capítulos, partes etc., mas caberia uma rápida descrição da estrutura



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

da obra<sup>12</sup>. Ela, como já foi dito, constitui-se de dois pesados volumes, não só enormes na quantidade de páginas, mas muito densos na forma da escrita e na utilização de uma rigorosa linguagem sociológica. O primeiro desses volumes dedica-se a estabelecer, como afirma seu próprio subtítulo, qual o “legado da raça branca”, com seus capítulos retratando a situação do negro e do mulato na desagregação da antiga ordem senhorial e escravocrata e na transição para o regime contratual e do trabalho livre, ou seja, para a nova ordem legal-jurídica. Os capítulos que compõem esse primeiro volume abrangem, mais ou menos, os anos que vão do último quartel do século XIX até o ano de 1930 e apresentam-se na seguinte seqüência: Capítulo 1 – “O negro na emergência da sociedade de classes”, subdividido em três partes: “Trabalho livre e europeização”, “O negro e a revolução burguesa” e “Expansão urbana e desajustamento estrutural do negro”; Capítulo 2 – “Pauperização e anomia social”, subdividido também em três partes: “O ‘déficit negro’”, “Os diferentes níveis da desorganização social” e “Efeitos sociopáticos da desorganização social”; Capítulo 3 – “Heteronomia racial na sociedade de classes”, subdividido em duas partes: “O mito da ‘democracia racial’” (não se podendo deixar de mencionar aqui a oposição das idéias de Florestan Fernandes às de Gilberto Freyre) e “Os padrões tradicionalistas de relações raciais”.

A tese principal defendida nesse primeiro volume é a permanência de padrões estamentais de conduta, arcaicos e conservadores, nas relações entre negros e brancos, encobertos pelo mito da democracia racial, em plena vigência da sociedade de classes e sua correlata ordem social competitiva, mas não como “sobrevivências” do passado e, sim, como elementos que se articulam estrutural, dinâmica e funcionalmente às novas realidades. Embora o livro *A integração do negro na sociedade de classes* esteja repleto de termos como resquícios e sobrevivências, a utilização simultânea da abordagem dialética e do estrutural-funcionalismo, principalmente em razão deste último, acabou por conduzir a uma análise do grau de integração entre os elementos da antiga ordem e as características estruturais da sociedade de classes em emergência. A diferença é que, na década de 1960, Fernandes ainda parecia acreditar na força da atuação dos movimentos negros para impedir que o capitalismo brasileiro

---

<sup>12</sup> Para uma visão geral do conteúdo de *A integração do negro na sociedade de classes*, ver Maria Armanda do Nascimento Arruda, *Dilemas do Brasil moderno: a questão racial na obra de Florestan Fernandes*, publicado na revista *Idéias*, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, números 1/2, jan./dez. 1997, p. 43-58.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

incorporasse, como uma realidade estruturante da vida social, o preconceito de cor e a discriminação racial. Nesse sentido, em *A integração do negro na sociedade de classes* e outros de seus trabalhos anteriores, não há afirmações decisivas de que o mero desenvolvimento da ordem social competitiva eliminaria o preconceito e a discriminação. Em outras palavras, ele procurava apreender quais as alternativas históricas em jogo, as quais dependeriam do poder dos grupos sociais em conflito imprimirem um curso ou outro para a história. Para Fernandes, há um dilema eminentemente político a ser resolvido e essa tarefa seria o principal desafio dos movimentos negros.

O segundo volume, por sua vez, estrutura-se em torno das potencialidades de transformação da situação do negro, daí ser intitulado em tom esperançoso “No limiar de uma nova era”. Seus capítulos focalizam as manifestações dos próprios negros contra as formas de objetivação social do preconceito de cor, como se pode ver com base na leitura de seus próprios títulos: Capítulo 1 – “Os movimentos sociais no ‘Meio Negro’”, subdividido em duas partes: “Manifestação e objetivos dos movimentos sociais” e “Uma ideologia de desmascaramento racial”; já o Capítulo 2 aponta algumas tendências de reintegração do negro à sociedade de classes a partir da “segunda revolução industrial” e do expurgo da ordem social competitiva no Brasil em direção mais propriamente capitalista, configurando uma situação objetiva que permitiria uma maior ascensão social por parte do negro enquanto categoria social, apesar da permanência do *status quo* anterior, mas reerguido em novas bases, e das mesmas realidades iníquas do passado. Esse capítulo intitula-se “Impulsões igualitárias de integração social” e está subdividido em três partes: “Cor e estratificação socioeconômica”, “A ascensão social do negro e do mulato” e “Natureza e função das impulsões igualitárias”; o Capítulo 3, intitulado “O problema do negro na sociedade de classes”, é composto de duas partes: “A reação societária às tensões raciais” e “O dilema racial brasileiro”. É nesse último capítulo, que conclui toda a obra, que Florestan Fernandes vai definir o completo significado desse dilema, como a impossibilidade de as relações de classe suplantarem, absorvendo-as, as desigualdades raciais. Ele provém das inconsistências entre a ordem moral da sociedade de classes, na qual se defende no âmbito formal a igualdade de oportunidades e de direitos civis entre os indivíduos, e as reais condições de existência da grande maioria da população



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

negra, marginalizada social, econômica, política e culturalmente e, por isso, ocupando posições subalternas nas estruturas profundamente desiguais de distribuição da riqueza, do prestígio, das oportunidades educacionais e do poder. A partir de Florestan Fernandes, pode-se dizer que o dilema racial brasileiro possui várias dimensões, manifestando-se nos níveis micro e macro, histórico e estrutural, porém de modo a manter uma característica essencial, as relações de classe não conseguem eliminar a desigualdade racial:

Delineia-se claramente, assim, o dilema racial brasileiro. Visto em termos de uma das comunidades industriais em que o regime de classes sociais se desenvolveu de modo mais intenso e homogêneo no Brasil, ele se caracteriza pela forma fragmentária, unilateral e incompleta com que esse regime consegue abranger, coordenar e regulamentar as relações raciais. Estas não são totalmente absorvidas e neutralizadas, desaparecendo atrás das relações de classes. Mas sobrepõe-se a elas, mesmo onde e quando as contrariam, como se o sistema de ajustamentos e de controles sociais da sociedade de classes não contivesse recursos para absorvê-las e regulá-las socialmente. Caracterizando-se o dilema racial brasileiro deste ângulo, ele aparece como um fenômeno estrutural de natureza dinâmica. Ele se objetiva nos diferentes níveis das relações raciais. Por isso, seria fácil reconhecê-lo nos lapsos das ações dos indivíduos que acreditam “não ter preconceito de cor”; nas inconsistências das atitudes, normas e padrões de comportamento inter-racial; nos contrastes entre a estereotipação negativa, as normas ideais de comportamento e os comportamentos efetivos nos ajustamentos raciais; nos conflitos entre os padrões ideais da cultura, que fazem parte do sistema axiológico da civilização brasileira; nas contradições entre os tipos ideais de personalidade básica modelados através desta civilização, etc. Mas, ele se originou de uma causa geral e comum: os requisitos estruturais e funcionais da sociedade de classes só se aplicam fragmentária, unilateral e incompletamente às situações de convivência social em que os *socii* se apresentam, se consideram e se tratam como brancos e negros. Em outras palavras, as estruturas da sociedade de classes não conseguiram, até o presente, eliminar, normalmente, as estruturas preexistentes na esfera das relações raciais, fazendo com que a ordem social competitiva não alcance plena vigência na motivação, na coordenação e no controle de tais relações. (Fernandes, 1978: 459-60)

As estruturas da sociedade de classes não possuíam força suficiente para derrotar as estruturas arcaicas e conservadoras das relações raciais, embora Florestan Fernandes enxergasse nas primeiras uma tendência positiva. “A única fonte dinâmica de influência corretiva irrefreável [da desigualdade racial] vem a ser, portanto, a própria expansão da ordem social competitiva” (Fernandes, 1978: 461). Porém, nosso autor também vislumbrava a tendência oposta, a de que a desigualdade racial se transformasse numa realidade permanente dentro da sociedade de classes e sua correspondente ordem social competitiva. “As tendências descobertas [de neutralização da desigualdade racial] não excluem a possibilidade de uma conciliação



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

entre as formas de desigualdade inerente à sociedade de classes e os padrões herdados de desigualdade racial” (Fernandes, 1978: 461). A dialética do dilema racial brasileiro se fundamenta, portanto, no choque entre as forças de conservação do *status quo* racial e as tendências políticas, vinculadas ao movimento negro, de superação do preconceito e discriminação raciais. Na década de 1980, essa idéia – surgida apenas como hipótese nos anos de 1950 e 60 – segundo a qual a desigualdade racial poderia se tornar um elemento estrutural da sociedade de classes passa a ser plenamente defendida, de modo que sua percepção política se volta para a junção entre luta de classes e de raça. “[...] em uma sociedade de classes multirracial, [...] a raça também é um fator revolucionário específico. Por isso, existem duas polaridades, que não se contrapõem mas se interpenetram como elementos explosivos – a classe e a raça” (Fernandes, 1989: 62). O corolário ideológico desse estudo de Florestan Fernandes – cujo título é negado o tempo todo ao longo do livro, pois não houve nenhuma integração do negro à sociedade de classes – pode ser resumido na idéia de que, para superar o dilema racial brasileiro, é preciso que o movimento negro ganhe força e incorpore em suas lutas reivindicações capazes de mobilizar não apenas a comunidade de afro-descendentes, mas de romper o isolamento e a segregação a que foram relegados e ganhar o apoio das outras massas de explorados e dominados nos níveis econômico, social e cultural. O subdesenvolvimento e o capitalismo dependente se baseiam na dupla dominação, de raça e classe. Essa situação estaria nas origens históricas da sociedade brasileira e, para modificar o dilema racial brasileiro, seria preciso combinar duas formas de protesto, de raça e classe. Como podemos ver na citação a seguir, extensamente reproduzida devido a sua importância para as idéias aqui trabalhadas, Fernandes não deixa margem a dúvidas quanto à necessidade de uma luta anti-racista que não se subordine à classe:

“Esse dilema liga entre si luta de classes e luta de raças (uma não esgota a outra e, tampouco, uma não se esgota na outra). Ao se classificar socialmente, o negro adquire uma situação de classe proletária. No entanto, continua a ser negro e a sofrer discriminações e violências. Afirmar-se somente pela raça pressupõe uma utopia. A resistência negra nas décadas de 30, 40 e parte de 50 suscitou o reacionarismo das classes dominantes, que logo denunciaram o ‘racismo negro’! Além disso, mesmo onde negros e brancos conviviam fraternalmente, nem por isso os brancos sentiram-se obrigados a dar solidariedade ativa aos porta-vozes e às manifestações da rebelião negra. Hoje, a situação histórica é distinta, e nos



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

impela a pensar sobre o assunto sem as viseiras do socialismo reformista e da assistência social humanitária.

De um lado, é imperativo que a classe defina a sua órbita, tendo em vista a composição multirracial das populações em que são recrutados os trabalhadores. Todos os trabalhadores possuem as mesmas exigências diante do capital. Todavia, há um acréscimo: existem trabalhadores que possuem exigências diferenciais, e é imperativo que encontrem espaço dentro das reivindicações de classe e das lutas de classes. Indo além, em uma sociedade multirracial, na qual a morfologia da sociedade de classes ainda não fundiu todas as diferenças existentes entre os trabalhadores, a raça também é um fator revolucionário específico. Por isso, existem duas polaridades, que não se contrapõem mas se interpenetram como elementos explosivos – a classe e a raça.

Se a classe tem de ser forçosamente o componente hegemônico, nem por isso a raça atua como um dinamismo coletivo secundário. A lógica política que resulta de tal solo histórico é complexa. A fórmula ‘proletários de todo o mundo, unidos’ não exclui ninguém, nem em termos de nacionalidades nem em termos de etnias ou de raças. Contudo, uma é a dinâmica de uma estratégia fundada estritamente na situação de interesses exclusivamente de classe; outra é a dinâmica na qual o horizonte mais largo estabelece uma síntese que comporte a todos os interesses, valores e aspirações que componham o concreto como uma ‘unidade do diverso’. Classe e raça se fortalecem reciprocamente e combinam forças centrífugas à ordem existente, que só podem se recompor em uma unidade mais complexa, uma *sociedade nova*, por exemplo. Aí está o busílis da questão no plano político revolucionário. Se além da classe existem elementos diferenciais revolucionários, que são essenciais para a negação e a transformação da ordem vigente, há distintas radicalidades que precisam ser compreendidas (e utilizadas na prática revolucionária) como uma unidade, uma síntese no diverso.

[...] Quer dizer que a raça é uma formação social que não pode ser negligenciada na estratégia da luta de classes e de transformação dentro da ordem ou contra a ordem, que há um potencial revolucionário no negro que deve ser despertado e mobilizado. Uma coisa é jogar contra o capital o dinamismo negador de classe contra classe. Outra coisa é jogar contra ele todos os dinamismos revolucionários que fazem parte da situação global. O negro acumulou frustrações e humilhações que tornam incontáveis os seus anseios de liberdade, de igualdade e de fraternidade. Ele não pode dar a outra face. É tudo ou nada. Ou rebeldia ou capitulação. Ou democracia para valer ou luta contra os grilhões, agora ocultos por uma pseudodemocracia” (Fernandes, 1989[1988]: 61-64).

Os estudos clássicos de Florestan Fernandes e, de modo mais nítido, seus posicionamentos políticos nas décadas de 1970 e 80 apontam para as raízes raciais e de classe das desigualdades sociais no Brasil. Para ele, essa era uma característica marcante dos países de origem colonial, subdesenvolvidos e de capitalismo dependente. Se apanharmos essa compreensão histórica da formação social brasileira, que corrobora alguns elementos das ideologias presentes nos movimentos negros, e



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

tentarmos aplicá-la na interpretação do debate atual sobre ações afirmativas e cotas para negros no ensino superior público, veremos que o verdadeiro divisor de águas entre as camadas dominantes e dominadas não pode ser suficientemente trabalhado a partir de uma perspectiva de classe social. A categoria *classe*, nesse sentido, pode encobrir diversas formas de exploração, desigualdades e dominação, introduzindo outros recortes na sociedade brasileira que dizem respeito à raça e, assim, apontando quais grupos seriam mais favoráveis à conservação ou transformação da estrutura racial dominante e suas respectivas formas de desigualdade. A divisão de grupos ocorre, tanto pelo elemento racial, quanto pela estrutura de classes, emergindo daí as forças tendentes a negar ou a conservar o *status quo* brasileiro. O problema é que esse *status quo*, dado pela reprodução das condições de subdesenvolvimento no capitalismo dependente, não será desagregado somente pela dinâmica das classes sociais e suas contradições no plano político, mas pela concorrência simultânea dos dinamismos provenientes dos conflitos entre raças. É assim que podemos encontrar intelectuais e grupos tradicionalmente ligados à esquerda numa perspectiva de classe, ao se colocarem como porta-vozes dos trabalhadores, mas assumindo no campo da *práxis* política, posições conservadoras em torno de múltiplas questões (gênero, racial, indígena, ambiental, agrária etc.) e, paradoxalmente, acabando por minar as possibilidades mais amplas de unificar as diferentes forças sociais populares. Num livro em que se propõe a fazer um resgate dos estudos sociológicos e antropológicos sobre o racismo no Brasil, mas também focalizando comparativamente outros contextos (Estados Unidos, Europa e África do Sul), Antonio Sérgio Guimarães (2008) problematiza, ao final, o debate sobre as cotas raciais no ensino superior público e as reações societárias às ações afirmativas e a tais modalidades de políticas públicas. Podemos identificar, aproveitando as sugestões de Guimarães, duas posições antagônicas, favoráveis às cotas e desfavoráveis, podendo assumir uma série de posturas intermediárias: com suporte nos movimentos negros e nas ONGs negras, os argumentos favoráveis se baseiam em estudos que demonstram a existência de “desigualdades raciais no Brasil” e a “persistência dos preconceitos e discriminações raciais de que os negros são vítimas ao longo da vida” (Guimarães, 2008: 125); já os argumentos contrários, cujo “foco de resistência às demandas do movimento negro” pode ser encontrado “em importantes setores da classe média alta e do *establishment*



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

empresarial, político e intelectual do país”, apontam para o risco de racialização da sociedade brasileira, dividindo a nação entre raças em conflito, ou recorrem às críticas ao conceito biológico de raça para provar que existem apenas seres humanos e brasileiros em geral (Guimarães, 2008: 124-126). Essas visões antagônicas são comuns nos debates sobre cotas e ações afirmativas. Na próxima parte desta comunicação, iremos apresentar o estudo de um caso específico, relativo à implantação das cotas raciais na Universidade Estadual da Bahia (UNEB) no primeiro semestre do ano de 2003<sup>13</sup>, como um meio de identificar os discursos contrastantes e às vezes antagônicos sobre as ações afirmativas.

## **2. A experiência da aplicação da política de cotas na Universidade Estadual da Bahia (UNEB).**

De acordo com o Manual do Candidato (2003), a UNEB foi criada pela Lei Delegada n.º.66 de 1983, e reconhecida pela Portaria Ministerial n.º 909, publicada no Diário Oficial da União de 01/08/95. É uma instituição pública e gratuita mantida pelo Governo do Estado, sob regime de autarquia, vinculada à Secretaria de Educação e que tem por finalidade desenvolver, de forma harmônica e planejada, a educação superior, promovendo o ensino, a pesquisa e a extensão. Como Universidade multicampi, possui 84 doutores, 508 mestres. Oferece 3.829 vagas nos 23 cursos, em 24 campi de ensino, localizados em importantes micro-regiões ou pólos econômicos do Estado. Das vagas oferecidas por curso/ habilitação, 40% são reservadas para os afro-descendentes, oriundos de escola pública, sediadas no Estado da Bahia, conforme Resolução 196/2002 do Conselho Universitário da Universidade do Estado da Bahia. O Processo seletivo, de acordo com o Manual do Candidato, contém as seguintes orientações para a aceitação/negação de estudantes na Universidade. O acesso aos cursos de graduação da UNEB, para o ano letivo de 2003, está regulamentado pela Lei n.9.394/96, de 20/12/96, pelo Regimento Geral da Instituição, pelo Manual e pelos Editais publicados pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB, que os complementam. O Conselho Universitário da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), através da Resolução

---

<sup>13</sup> A fonte dos dados apresentados a seguir é a dissertação de mestrado de Márcia da Silva Clemente, *As Políticas Afirmativas de Educação Superior no Brasil: um estudo sobre as formas de aceitação/negação do negro e da negra na Universidade do Estado da Bahia*, defendida no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco em 2005.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

n.º.196/2002, publicada em 25/07/2002 no D.O.E (Diário Oficial do Estado), estabelece a cota de 40% (quarenta por cento) de suas vagas para a população afro-descendente que tenha cursado as três séries do ensino Médio na rede pública sediada no Estado da Bahia, para preenchimento das vagas relativas aos cursos de graduação oferecidos pela UNEB, na forma de vestibular. Foram considerados afro-descendentes, para efeito da Resolução, os candidatos que se enquadrarem como pretos ou pardos, ou determinação equivalente, conforme classificação adotada pelo IBGE.

No ato da inscrição (Manual do Candidato custa R\$ 10,00 e a inscrição R\$50,00) os candidatos deverão declarar sua opção pela cota 40% ou 60%. Se desejar concorrer aos cursos pela cota de 40%, se convocado, no ato da matrícula fará o candidato comprovação de que cursou as três séries do ensino médio em escola pública do Estado da Bahia. O Processo seletivo da UNEB prioriza o domínio do idioma nacional e a avaliação de habilidades e competências inerentes às diversas formas do ensino médio, tendo como objetivo selecionar, dentre os inscritos, concluintes do ensino médio, ou equivalente, para ingresso nos seus cursos de graduação. Perguntando sobre o sistema de cotas na Universidade do Estado da Bahia, o Professor do Departamento de Educação da Universidade e um dos responsáveis pelo parecer que aprovou a implantação deste sistema na UNEB, Valdério dos Santos Silva, nos informa os seguintes aspectos: histórico, dificuldades, avanços e resultados. Ao ser indagado sobre o histórico do sistema de cotas na UNEB, o entrevistado afirmou que:

“Sobre o histórico do sistema de cotas na UNEB, podemos dizer que no início de 2002, a gente tinha uma informação vaga de que era o sistema de cotas. Sabíamos que, pela primeira vez, numa universidade pública, este sistema foi adotado pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). A época, eu era diretor do Departamento de Educação do Campus de Bom Jesus da Lapa da UNEB, e como diretor de Departamento, eu tinha uma proximidade com a atual Reitora, do ponto de vista institucional, como também fazia parte do Conselho Universitário, Este é responsável pelas definições políticas para a nossa instituição, tanto quanto o Conselho Superior de Ensino Pesquisa e Extensão (CONSEPE), que é o órgão máximo da Universidade. E tivemos, ainda, no início de janeiro de 2002, conversas preliminares sobre o significado da gente pensar no sistema de cotas aqui na UNEB. Eram conversas, diria assim, pessoais, entre mim e a Reitora, como ela e eu temos um histórico de relação vinculado ao



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Movimento Negro aqui na Bahia e esse assunto das políticas afirmativas sempre foi objeto de nossa ocupação. Pois bem, nestas primeiras conversas, preliminares, ela chegou à conclusão de que o ponto de partida poderia ser fazer uma discussão de uma forma mais organizada deste tema, deste assunto, na Universidade. Uma conversa que não foi muito adiante porque a gente não sabia bem por onde começar, a única coisa que a gente tinha certeza era de que observávamos, de uma maneira empírica, porque não havíamos feito nenhuma pesquisa que comprovasse essa impressão que a UNEB estava cada vez mais ficando branca, estavam cada vez mais ingressando alunos em todos os cursos de uma só tipologia e isso era visível. A gente tinha salas sem a presença de uma pessoa negra, num Estado como a Bahia, uma Cidade como Salvador, em que a população negra é amplamente majoritária. Essa impressão causava, ao mesmo tempo, uma preocupação e um desconforto muito sérios porque a gente não tinha a pesquisa, mas a gente tinha aquilo que a gente via, e estava na nossa frente, na sala de aula. Coincidentemente, foi entre março, abril, maio, não lembro precisamente, do semestre do ano letivo de 2002, que a Universidade recebeu do Governo do Estado, um documento da Câmara de Vereadores, aprovado no plenário da Câmara dos Vereadores de Salvador, cujo teor deste documento era o seguinte: o vereador Valdenor Cardoso, um vereador aqui de Salvador, hoje ele é presidente da Câmara, à época ele não era presidente da Câmara era vereador apenas, ele fez uma indicação que foi apresentada à Câmara para que uma universidade pública estadual da Bahia introduzisse o sistema de cotas para alunos da escola pública, um sistema de cotas para alunos negros, oriundos de escola pública. Esta indicação, que foi aprovada pela Câmara de vereadores, como indicava apenas de uma maneira vaga que uma universidade pública estadual adotasse essa cultura de cotas, terminou indo parar na Secretaria de Educação, ente que se sentiu, me parece, impotente para dar curso para fazer um encaminhamento correto a isso, e terminou encaminhando para a Secretaria de Governo do Estado que pegou aquela bomba, aquela indicação, que vinha da Câmara dos Vereadores de Salvador e terminou remetendo para a Universidade do Estado da Bahia. Curioso que o Governador tenha remetido aquela indicação para a UNEB, tendo como Reitora Ivete Sacramento, uma reitora negra, e que tinha uma idéia favorável à implantação do sistema de cotas dentro da Universidade. Pois bem, foi justamente neste momento que a Universidade recebeu este documento do governo do Estado, que era uma indicação da Câmara dos vereadores, que a professora Ivete me compeliu a dar um parecer a respeito daquela indicação. Foi montado um processo a partir deste documento do Governo do Estado e eu fui escolhido como membro do CONSEPE, a dar um parecer a respeito daquela indicação. Pois bem, o meu parecer, fundamentalmente, foi o de que aquele assunto fosse discutido amplamente dentro da Universidade e que fosse constituída uma comissão, com vistas a fazer uma apreciação melhor a respeito daquele assunto, e a Reitora acolheu, justamente, esta parte do parecer e constituiu, dentro do CONSEPE, uma comissão formada por dois professores e um aluno. Os professores são Valdério Santos Silva, do Departamento de Educação de Bom Jesus da Lapa, Campus VII e membro do CONSEPE, o professor Wilson Roberto de Matos, professor do Departamento do Campus I de Santo Antônio de Jesus e o aluno que era o então



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

presidente do DCE, Osir Dias, se eu não me engano. Pois bem, aí quando esta Comissão se reuniu, nos vimos no primeiro momento com uma dificuldade imensa, porque a gente não tinha uma idéia precisa e, sim, uma idéia vaga de que tinha se implantado um sistema de cotas extremamente complicado. A gente não tinha o documento em mãos do processo da UERJ, informações vagas de políticas de ações afirmativas de outros lugares, de outros países, a exemplo dos EUA. Aí, então, o que fez a comissão? A partir destes três membros, resolvemos fazer uma pesquisa que pudesse justificar, fundamentar a implantação do sistema de cotas na UNEB. Cada qual ficou com uma incumbência e, aí, a gente depois de algum certo tempo de trabalho de cada um individualmente, nos juntamos e fizemos, produzimos uma primeira versão, uma primeira arquitetura. Depois que fizemos isso, dispusemos para a apreciação do CONSEPE que era a nossa missão, a nossa responsabilidade. Em concomitância, a gente resolveu discutir com uma série de pessoas, fora e dentro da Universidade, a respeito das dúvidas que a gente tinha de qual modelo implantar de sistema de quotas. A exemplo de qual a proporcionalidade, qual o percentual que devia ser indicado pela universidade, segundo, quais os critérios daqueles que deveriam ser beneficiados, terceiro, de que forma identificar esses potenciais beneficiários, a partir de quais elementos objetivos a gente identificaria os potenciais beneficiários do sistema de cotas. E, finalmente, como seria introduzido este sistema de quotas na UNEB para que não fosse, inclusive, objeto de contestação jurídica. Enfim, uma série de consultas a pessoas ligadas ao Movimento Negro como também especialistas acadêmicos e alguns juristas, advogados, a fim de que nos dessem respostas sobre uma série de dúvidas que, naquele momento, nos ocorria para a gente elaborar este documento. Depois de feitas estas consultas, a gente decidiu elaborar um texto definitivo, que recebeu o nome de Parecer que, fundamentalmente, se organiza desta forma: uma fundamentação do que é o sistema de cotas, o que ele significa no mundo e no Brasil, e justifica a sua implantação e, finalmente, qual a proposta do sistema que seria a proposta do sistema a ser implantado na universidade. Feito isso, discutimos com algumas autoridades da administração universitária à época, inclusive a Reitora em relação a esta questão e, depois destas discussões preliminares todas, nós demos nosso trabalho por encerrado e remetemos o texto para apreciação do CONSEPE. E a reunião do CONSEPE foi justamente realizada no dia 18/06/2002, e foi uma reunião onde os conselheiros tomaram conhecimento a respeito da sua pauta muito pouco tempo antes de o assunto ser apreciado neste CONSEPE. Segundo é que a gente não tinha a menor idéia de como os membros do CONSEPE da UNEB reagiriam aquele projeto de resolução, e terceiro, o CONSEPE, à época era constituído, em sua maioria por pessoas brancas. E das pessoas negras que faziam parte do CONSEPE, poucas tinham envolvimento e relação política ou acadêmica com a questão racial, e para completar as dificuldades dos quatro membros do CONSEPE que estavam responsáveis de defender a proposta, dois não puderam estar na reunião. O primeiro, foi o professor Wilson Roberto de Matos, que não pôde ir à reunião porque fora convidado para um evento acadêmico a nível nacional que ele não podia deixar de estar presente. O segundo foi a representação estudantil, o presidente do DCE, Osir Dias, por força de uma decisão dos estudantes da UNEB que, num



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

congresso, decidiram que a reserva de vagas deveria ser destinada apenas a alunos de escolas públicas e não por questões étnico-raciais. Então, o estudante não poderia estar na reunião do CONSEPE, se auto representando e sim, a resolução deste congresso estudantil. Resultado, ficamos eu (o único autor responsável pela elaboração do Parecer) e a Reitora, que era defensora da implantação do sistema de cotas na UNEB. E, aí, a situação ficou mais dramática ainda porque só tínhamos, em tese, duas pessoas favoráveis à implantação do sistema de cotas num universo de mais de 40 pessoas que compõem o CONSEPE. Eu me lembro que eu estava tenso e a Reitora muito nervosa, a reunião foi aqui, neste Departamento de Educação no Auditório Jurandir Oliveira. Nós encerramos os trabalhos da manhã do CONSEPE e eu perguntei à Reitora se ela iria colocar em pauta, e ela informou que estava em dúvida se iria colocar ou não. Isto é importante registrar porque trata da história da implantação do sistema de cotas na UNEB. Nós voltamos às 15h00min para a segunda parte da reunião do CONSEPE e eu voltei a perguntar e ela informou “eu tenho dúvidas se a gente deve submeter a este plenário do CONSEPE”. Aí, eu falei assim “coloque em votação”. Era uma quinta-feira, coloquei professora Ivete, nós temos que enfrentar esta discussão dentro do CONSEPE e assim o fizemos. Outro assunto estava sendo discutido dentro do CONSEPE quando, de repente, tivemos que interromper. Foi anunciada a presença de cerca de 30 pessoas negras, homens e mulheres que segundo o chefe de cerimonial da UNEB, eram afro-americanos que estavam visitando a universidade naquele momento e como eles não dispunham de muito tempo porque tinham outras programações, queriam, pelo menos, conhecer a figura da Reitora, a pessoa da Reitora que é uma mulher. E aí, como estas pessoas eram turistas, universitários dos EUA, foram informados que ela estava numa reunião e eles resolveram chegar pelo menos na porta, para saber quem era ela. E aí, a Reitora, quando tão logo soube de quem se tratava, como que num gesto inconsciente, os convidou a entrar e interrompeu a reunião por cerca de 5 minutos e pediu que eles fizessem uma saudação, como uma forma de interagir com os professores da UNEB que estavam presentes. Foi uma coisa curiosa ter acontecido isso, não foi nada programado, e eles ficaram absolutamente à vontade, não só de se pronunciarem convidando a Reitora para fazer uma saudação e anunciar que estávamos colocando em pauta justamente um assunto que dizia respeito a eles, que era a política de ações afirmativas que ia ser apreciado, então, alguns se empolgaram e começaram a dar depoimentos que foram traduzidos simultaneamente, sobre a importância da UNEB estar discutindo aquela pauta. Isto durou cerca de 20 minutos, os norte-americanos saíram, mas ficou criada uma atmosfera dentro do CONSEPE mais que favorável para o assunto ser discutido e, por volta das 18h00min, a pauta foi posta em discussão e nós tivemos uma das discussões mais acaloradas que eu, em quatro anos de CONSEPE, tive oportunidade de enfrentar. Coube a mim defender o parecer, uma vez que a Professora Ivete como presidente do CONSEPE, não podia toda hora estar se inscrevendo para se pronunciar a respeito da matéria. Por sorte, nós contamos com algumas pessoas que, mesmo sem alguma convicção, se mostraram favoráveis, ainda que grande parte não fosse favorável que a matéria fosse aprovada naquele dia. Ao passo que, por uma conjunção de argumentos fortes que nós apresentamos, com uma



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

benção dos orixás que naquele momento nos davam. Eu acho que conseguimos convencer a maioria do CONSEPE que por volta das 20h00min, votou, por ampla maioria favorável pela aprovação da matéria. Não foi unânime porque várias pessoas foram contra, alguns se abstiveram e outras votaram a favor, mas nós tivemos uma votação expressiva daqueles favoráveis à implantação do sistema de cotas. Essa foi a breve história da implantação do sistema de cotas na UNEB”.

A partir da entrevista do professor Valdério Silva sobre o histórico da aplicação da política de cotas na UNEB, o que mais nos chama atenção são as dificuldades enfrentadas e os desafios postos para que fossem aprovadas as cotas nesta Universidade. O poder público representado neste episódio pelo Governo do Estado, a Câmara dos Vereadores, o Conselho Universitário, e os estudantes, organizados e representados pelo DCE, ou seja, um conjunto de entidades, governamentais e não governamentais, travou uma luta social das mais expressivas e polêmicas da sociedade baiana. No ensino superior, de acordo com dados do IBGE (2000), apenas 2,2% dos negros conseguiam concluir o ensino superior. De um lado temos a legislação que, por sinal, se trata de uma legislação das mais avançadas do mundo e, de outro, as dificuldades de efetivá-la. Nos instiga, também a pensar no papel da universidade, num Estado como a Bahia, numa Cidade como Salvador, cuja população estimada de negros ultrapassa 90%, que tem um Conselho Universitário hegemonicamente “branco”. No que tange ao posicionamento político dos alunos, entendemos que o movimento estudantil precisa avançar mais no entendimento das raízes históricas da desigualdade social brasileira, evitando recair numa análise aparente dos fatos, uma vez que, a luta do Movimento Negro é pauta de todos os movimentos sociais. O reverso deste posicionamento favorece a fragmentação da luta ao invés da aglutinação das forças. Este debate também diz respeito à reserva de vagas para os negros nas universidades particulares, como prevê a reforma universitária. Neste debate o Movimento Negro se posiciona a favor das ações afirmativas de ensino superior nas universidades públicas, tendo em vista a defesa da “Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade”. Pouco interessa o ensino privado, uma vez que os negros, majoritariamente, são os mais pobres do Brasil. O ensino superior privado na Bahia, nos anos 1995-2000, cresceu 97%. Evidenciando-se, assim, o que vínhamos discutindo sobre a minimização do Estado, a privatização do ensino superior e o sucateamento da



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

universidade pública. Perguntado sobre as dificuldades da implantação do sistema de cotas, o Professor Valdério, verbalizou:

“Nós tivemos no primeiro ano de 2002, quando o vestibular foi organizado com base neste sistema, dificuldades de duas ordens. A primeira ordem de dificuldades foi que o assunto de relações raciais e o racismo, jamais haviam sido discutidos em toda história da universidade, como foi depois da aprovação do sistema de cotas na Universidade. E a gente teve que enfrentar eu, Ivete, Wilson Matos e outras pessoas que defendem este sistema aqui na Universidade, poucas, por sinal. Nós tivemos que enfrentar uma verdadeira maratona de discussões dentro desta Universidade que tem 29 Campi em 24 municípios do Estado. Nós tivemos que enfrentar uma maratona de discussões, sem fim, e nós éramos colocados na parede por professores e alunos. E foi uma oportunidade importante porque as pessoas manifestaram sua divergência a respeito deste tema assim como em muitas oportunidades, o ódio que elas reservavam às pessoas negras, o racismo que elas nunca tiveram oportunidade de exprimir publicamente ou de forma sutil, de forma covarde. Outras pessoas escreviam bilhetes dirigindo as baixarias à Reitora da Universidade. Quantas pessoas disseram que a implantação do sistema de cotas era um racismo camuflado. Quantas pessoas disseram que este assunto nunca tinha sido discutido, Quantas pessoas disseram que nunca ouviram falar de cotas no País nem no mundo. Quantas pessoas defenderam que não existe racismo no Brasil, não afirmaram que não existe racismo no Brasil e quantas pessoas disseram que o problema da sociedade brasileira é econômico e social e, não, racial. Então, nos confrontamos com um desafio enorme que era de confrontar com uma maioria de professores universitários e alunos que eram contrários, na verdade, à implantação do sistema de cotas. A segunda ordem de dificuldades é que as pessoas que tinham sido, supostamente, “prejudicadas” pelo sistema de cotas resolveram entrar com ações judiciais. Foram inúmeros processos judiciais, em média 40 processos judiciais, só no primeiro ano de implantação do sistema de cotas e, o pior que alguns deles receberam prontamente liminares de Comarca e a gente teve que fazer, gestões a juristas importantes fazer gestões à Corte Estadual, como ao Tribunal de Justiça do Estado como o Tribunal Superior Federal, o Tribunal Superior do Trabalho, aos Tribunais Superiores existentes neste País, para que a gente tivesse o respaldo, a opinião, os depoimentos o pronunciamento de autoridades jurídicas deste País para que isto, de alguma forma, refletisse na opinião de juízes, desembargadores dos Tribunais de Justiça. Na verdade, a gente se deu conta que as dificuldades para a implantação do sistema de cotas eram inúmeras. A gente teve que enfrentar a imprensa, falada, escrita, televisiva, manifestações contra a implantação do sistema de cotas, de estranhar o sistema de quotas. Tivemos na Internet a criação de sites pornográficos, no sentido mais radical do termo. Então, a gente se deu conta de que mais do que um problema acadêmico, mais de um problema universitário, mais que um mecanismo de facilitação de acesso à universidade a gente estava enfrentando uma batalha jurídica, uma batalha racial, uma batalha que confrontava as idéias que tinham acontecido em toda história do Brasil, da Bahia, a partir da implantação do



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

sistema de cotas. Então, nos demos conta de que não dava para enfrentar esta batalha apenas com discursos acadêmicos, a gente tinha que, cada vez mais, se armar de argumentações jurídicas, argumentações raciais, de argumentações que pusessem a termo construções que supostamente estavam estabelecidas e consensuadas na sociedade brasileira a respeito das relações raciais entre negros e brancos no Brasil. Nós tivemos que fazer um diálogo com o sistema jurídico, nós tivemos que conversar com os desembargadores para que a gente pudesse construir, no processo, alianças, manifestações que hipoteticamente pudessem, digamos assim, de alguma forma, nos favorecer. Foi isso que fez com que nós enfrentássemos, os dois primeiros anos com sucesso, com êxito todos estes obstáculos que foram traduzidos, num primeiro momento, em ações judiciais, mas que também foram traduzidos em manifestações públicas, em jornais, em artigos, em pronunciamentos, em reuniões, seminários, etc., contrários ao sistema de cotas.”

A entrevista do professor Valdério, ao tratar das dificuldades em se discutir cotas no Brasil, advém basicamente das seguintes conjecturas: em primeiro lugar, os afro-descendentes, originários de escolas públicas, não acompanhariam o nível dos cursos, por isso, precisariam de reforço escolar. Em segundo lugar, haveria a discriminação entre os alunos optantes e não optantes de cotas. Em terceiro lugar, haveria uma maior evasão escolar entre os alunos afro-descendentes optantes de cotas, por conta de uma situação sócio-econômica não privilegiada e, em quarto e último lugar, aumentaria a discriminação na Universidade. Diante de tais dificuldades que se tornaram parte central da polêmica, a UNEB adotou as seguintes cautelas: mesmo sistema de avaliação, provas iguais, linhas de corte de acordo com o número de candidatos por opção e a divulgação do resultado em ordem alfabética. Mas, mesmo assim, diante de tantas cautelas, houve um embate no campo jurídico, demandando do Movimento Negro apropriação da linguagem e a argumentação no campo do poder judiciário. No Brasil, é constante a necessidade de se acionar os Tribunais de Justiça a fim de garantir a efetivação de um tratado internacional, como foi a Conferência de Durban, na qual o Brasil foi condenado a reparar aos dez milhões que foram submetidos à tortura, estupro, seqüestro, perseguição religiosa, exploração e que ainda hoje sofrem com a discriminação. No caso específico da UNEB, houve no primeiro ano, 2003, cerca de quarenta liminares impetradas contra o sistema de cotas na UNEB. Foram exigidos das autoridades acadêmicas da UNEB, esforços no sentido da contra argumentação junto aos Desembargadores e juristas, para que não fossem cometidas mais injustiças aos negros, secularmente negligenciados pelo Estado brasileiro. A



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

UNEB enfrentou as dificuldades utilizando-se das seguintes argumentações: as regras estavam estabelecidas no Manual do Vestibular; a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) garante a Autonomia Universitária para propor seus processos seletivos; enfrentamento à mídia, promovendo esclarecimentos públicos e coletivos com a imprensa e, por fim, a divulgação de uma pesquisa com a amostragem de desempenho do corpo discente ingresso pelo Concurso Vestibular 2003.1. Ao ser perguntado sobre os avanços que o sistema de cotas na universidade, o professor Valdério, nos informa:

“Os avanços começam a ser percebidos de forma direta e indireta. De forma direta, na medida em que a gente nota na sala de aula, eu acabei de ter aula agora, numa turma de 50 alunos e o número de alunos que disputam o curso de Pedagogia da UNEB são muitos, cerca de 30, 40 por vaga. Uma concorrência extraordinariamente feroz por vaga se trata de um curso muito bom, é só verificar nas avaliações que o MEC faz dos cursos de Pedagogia da UNEB. Aliás, a UNEB, tem um caráter de universidade com recorte na educação já reconhecido, é um curso de excelência, tanto que os cursos de Pedagogia são muito disputados. Pois bem, eu acabei de ter uma aula de uma turma de primeiro ano do curso de Pedagogia e a gente percebe que mais da metade da sala é formada por alunos negros. Isto dá uma mostra, dá um resultado de como foi importante, do ponto de vista político, a adoção do sistema de cotas na universidade pública. É um resultado visível, palpável, material. Como educador, eu tenho dialogado com estes alunos que ingressaram pelo sistema de cotas e estes alunos são, além de estudantes destacados, eles têm se constituído como referência de quem discute relações raciais como não havia antes da implantação do sistema de cotas na Universidade. Diferentemente de algumas argumentações de que os alunos provavelmente ingressariam psicologicamente, com a auto-estima rebaixada, diferentemente desta idéia, desta presunção, o que a gente observa é que os alunos ingressam através do sistema de cotas eles se engajam nos grupos que discutem relações raciais para fazerem disso uma militância, para fazerem disso um projeto de vida, de solidariedade, de participação na sociedade. Um grupo de alunos, nestes três anos que a gente implantou o sistema de cotas nesta Universidade, pois bem, estes alunos estão fazendo trabalhos em bairros negros aqui próximo da Universidade, trabalhos sociais com vistas a contribuir na organização política e racial dos moradores destes bairros, isto é um resultado positivo. Os estudantes desta Universidade estão se organizando politicamente como negros, estão se preparando para participar de um grande evento político que é a Marcha Zumbi mais 10, então você nota que mais do que estudantes, estão entrando na Universidade pessoas socialmente e racialmente comprometidas com sua cor, sua origem, com sua história. São cidadãos e cidadãs que já entram com a idéia de que elas não pediram favor à universidade, elas garantiram, elas conquistaram este direito e este é o discurso dos alunos que estão entrando e a gente percebe no contato que a gente faz. Eu tive uma experiência no meu Departamento anterior de Bom Jesus da Lapa, de fazer uma rápida avaliação a respeito dos alunos que tinham ingressado pelo sistema de cotas. Tanto avaliando a pontuação como a participação em sala de aula destes alunos, não foi uma avaliação sistemática, a primeira em relação ao ingresso a gente fez com base nos dados da Comissão de Vestibular. E a gente percebeu que a concorrência lá em Bom Jesus da Lapa, que a concorrência entre os estudantes que se inscreveram pelo sistema de cotas, a concorrência era maior, o número de inscritos era maior e, além disso, a pontuação média dos alunos nas provas de vestibular era maior do que a dos alunos que não tinham



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

ingressado pelo sistema de cotas. Nunca mais eu voltei a fazer este exercício, isto foi no primeiro ano, e a gente esteve disponibilizando estas estatísticas. Fizemos uma comparação do desempenho dos alunos ingressantes e não ingressantes pelo sistema de cotas e a minha percepção é de que estes alunos não tinham, em absoluto, nenhuma discrepância, em relação aos alunos que não ingressaram pelo sistema de cotas. Eles incorporaram os conteúdos das disciplinas mesmo nível, com a mesma média dos alunos não optantes de cotas. Então, estes avanços, tanto aqueles materiais, quantitativos, mais alunos negros, mais alunas negras ingressando. Como qualitativo de desempenho, organização, participação política, o compromisso de cidadania destes alunos, a pluralidade étnico-racial que a Universidade vem a incorporar com esta sistemática que adotou. São inestimáveis os avanços para a universidade, para a sociedade, para a auto-estima destas pessoas que estão ingressando através do sistema de cotas.”

As argumentações do professor Valdério são contundentes, pois acreditamos que a questão central do tema em debate trata, fundamentalmente, da garantia de oportunidades para os grupos socialmente prejudicados no processo de trabalho, garantindo e ampliando os direitos conquistados na luta social. Os dados demonstram que a frequência e o rendimento escolar de ambos os grupos, optantes e não optantes de cotas são semelhantes, no que tange às estatísticas. Em seguida, analisaremos os resultados da aplicação da política de ações afirmativas na Universidade, a partir de depoimentos realizados junto à Reitora da UNEB, Comissão de Vestibular, aluno, bem como Militantes do Movimento Negro na Bahia.

Nosso contato com a Reitora Ivete Alves Sacramento nos revelou a importância de sua presença em um cargo de tanta visibilidade, considerando-se que, na Bahia, e em especial no Nordeste existem a predominância do machismo e o preconceito contra o negro. Daí, a ênfase nos avanços que sua gestão representa:

“Sou a primeira Reitora negra consciente. É minha obrigação driblar o destino, a pressão é grande por parte dos meios de comunicação e também para os negros, pois, muitos têm vergonha de se identificar. Aliamos o componente racial e social, o impacto disso é muito positivo. O fato é que a implantação do sistema de cotas no ano de 2003 foi um sucesso, ninguém mais pode contestar isso.”

Continuando, a Reitora referiu-se ao sistema de cotas como um instrumento para o negro ascender socialmente no nosso País:

“A discussão é pela igualdade de oportunidades, igualar é a palavra-chave. Os filhos e netos dos escravos nunca foram amparados, estão despejados”.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Ao visitarmos o Ilê Aiyê, cuja missão é “preservar e expandir a cultura negra na sociedade, visando agregar todos afro-descendentes na luta contra o racismo e suas mais diversas formas de discriminação, desenvolvendo projetos carnavalescos, político-cultural e educacionais, resgatando a auto-estima e elevando o nível da consciência crítica”, seu representante afirmou que:

“O Brasil despreza a inteligência de 42,2% da população, por isso não se desenvolve. A mazela da escravidão impediu o negro de participar da economia. As cotas estão dentro da estratégia de reparação. O Curuzu (local onde se situa a sede do Ilê Aiyê, o MNU e a Associação de Moradores), é praticamente um quilombo, deve ter morando pelo menos uma sessenta mil pessoas, pobres, no subemprego, a história daqui é de opressão”.

Continuando, trataremos da aplicação da política de cotas na UNEB, trazendo o depoimento da representante da Comissão de Vestibular:

“Os resultados foram divulgados em ordem alfabética, evitando polêmicas. Só os alunos e seus procuradores podem saber suas notas. Todas as vagas foram preenchidas, (1531) apenas uma no campus de Paulo Afonso, pois não correspondia aos critérios. O interior do Estado teve a maioria dos estudantes aprovados, porque a grande parte das escolas públicas está lá.”

O MNU, afirma que:

“Concordamos com as cotas, porque tudo o que aparecer para beneficiar os negros é importante. Coloca quem não tem condições financeiras para estudar”.

A representante da Associação dos Moradores do Curuzu ainda informa que:

“As pessoas do bairro, não estão na universidade, temos que reverter este quadro de exclusão, colocando mais negros lá, seja de que forma for.”

Aqueles contrários às ações afirmativas estão vinculados a uma análise superficial da realidade, pois não percebem as raízes históricas da combinação entre dominação racial e de classe como um dos elementos estruturantes das desigualdades sociais no Brasil. Geralmente, argumentam que a melhor solução para os negros é que esperem pela melhoria da escola pública, nos níveis infantil, fundamental e médio, como premissa inicial para o debate. No entanto, é importante registrar que, há muito tempo, a luta pela melhoria da escola pública não vinha tendo um eco tão forte na sociedade. O debate das cotas ajuda-nos a compreender que jamais iremos “humanizar” o sistema capitalista porque ele é gerador de desigualdade social. As



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

cotas visam abrir uma porta que, por séculos, esteve fechada para os negros, com vistas a reparar, fortalecer este grupo social para sobreviver em meio à barbárie. Martin Luther King<sup>14</sup>, defende a superação da barbárie do capital, dando um novo significado à palavra ESPERE:

“Há anos ouço a palavra “espere”. Ela ressoa nos ouvidos dos negros com uma familiaridade irritante. Este espere quase sempre significa nunca. Precisamos enxergar as coisas como um dos nossos respeitáveis juristas que afirmou que justiça muito adiada é justiça denegada. Talvez seja fácil àqueles que nunca sentiram as estocadas da segregação dizer “esperem”. Mas, quando se presencia o linchamento brutal realizado por hordas primárias sobre mães, pais, irmãos, simplesmente por capricho de policiais cheios de ódio, xingando, agredindo e mesmo matando irmãos de cor, quando se presencia uma maioria de vinte milhões de negros asfixiados no círculo de pobreza celular em meio a uma sociedade farta, (...) ver lágrimas brotando dos olhos das crianças porque o Parque de Funton foi vetado a elas, nuvens agourentas de inferioridade começando a se formar no pequeno céu de sua inteligência é o início da distorção da sua personalidade (...) quando o primeiro nome se torna nego, o segundo moleque, o sobrenome João, e a esposa e mãe jamais são chamados pelo respeitoso nome de “senhora”, acossado de dia e perseguido à noite, pelo simples fato de ser negro, lutando contra a humilhante condição de João- Ninguém, então, compreender-se-á porque achamos difícil a espera. Em dado momento, a tolerância transborda e os homens não se dispõem mais a serem atirados no abismo do desespero. Espero, meus senhores, que compreendam a nossa legítima e inevitável impaciência”.

O pensamento de Luther King pode ser ampliado pelas declarações de uma militante do Movimento Negro – Marilene Maria Ferreira – que, em 2001, como parte da minoria negra que teve acesso à pós-graduação no Brasil, afirmou:

“Que os Movimentos Negros trabalham a identidade étnico-racial como um fator político que estimula a população negra a tomar consciência de quem ela é, sentimento de pertencimento a um grupo com finalidade de se fortalecer para obter força e reivindicar seus direitos sócio-raciais e tratamento igualitário na sociedade brasileira!”. Porque somos iguais, na diferença.

### **Considerações finais**

Os depoimentos acima apresentados se vinculam a grupos e indivíduos que defendem as ações afirmativas. Porém, como se revela na fala do Prof. Valdério, vários obstáculos foram colocados para a implantação do sistema de cotas raciais na Universidade Estadual da Bahia, revelando-se algumas facetas dos discursos daqueles

---

<sup>14</sup> Trechos da Carta de King, na prisão de Birmigham, nos Estados Unidos da América em 1963.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

grupos contrários às ações afirmativas. Resolvemos produzir os discursos quase na íntegra a fim de preservar a riqueza dos dados. Tratando-se de um estudo aproximativo, nosso propósito era apenas apontar elementos para uma análise dos embates em torno das cotas raciais nas universidades públicas. Acreditamos que essa análise deve se pautar pelas características históricas da sociedade brasileira, marcada profundamente pelas desigualdades de raça e classe. Não se trata de escolher entre luta de classes ou luta de raças, mas de combinar lutas de raças e classes. Essa é a perspectiva política que anima nossos esforços e, ao mesmo tempo, nos vincula a sociologia crítica e a um serviço social militante, contrários às formas de dominação e desigualdade baseadas no poder econômico e na raça.

### Referências bibliográficas

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. (1997), “Dilemas do Brasil moderno: a questão racial na obra de Florestan Fernandes”. *Idéias*, Campinas, 4(1/2): 43-58, jan./dez.

BASTIDE, Roger, FERNANDES, Florestan (Org.). (1955), *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*. São Paulo: Anhembi.

BASTIDE, Roger, FERNANDES, Florestan. (2008), *Branco e negro em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana*. 4. ed. São Paulo: Global.

CANDIDO, Antonio. (1987), “Amizade com Florestan”. In: D’INCAO, Maria Angela (Org.). *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra/Unesp.

CEDAW. Relatório Nacional Brasileiro, Brasília, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Justiça, 2002.

CONFERÊNCIA MUNDIAL CONTRA O RACISMO, DISCRIMINAÇÃO RACIAL, XENOFOBIA E INTOLERÂNCIA CORRELATA, Declaração e Plano de Ação, Brasília, Ministério da Cultura e Fundação Cultural Palmares, 2001.

FERNANDES, Florestan. (1955), A luta contra o preconceito de cor. In: BASTIDE, R., FERNANDES, F. (Org.), *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*. São Paulo: Anhembi.

\_\_\_\_\_. (1976a), *A sociologia numa era de revolução social*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

\_\_\_\_\_ (1976b), *Circuito Fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”*. São Paulo: HUCITEC.

\_\_\_\_\_ (1978), *A integração do negro na sociedade de classes*. 3. ed. São Paulo, Ática. 2v.

\_\_\_\_\_ (1994), *Consciência negra e transformação da realidade*. Brasília: Câmara dos Deputados / Centro de Documentação e Informação. [Pronunciamento e emenda constitucional do deputado Florestan Fernandes, abordando as desigualdades raciais e a consciência negra].

\_\_\_\_\_ (1989), *O significado do protesto negro*. São Paulo: Cortez/Autores Associados.

\_\_\_\_\_ (2007), *O negro no mundo dos brancos*. 2. ed. São Paulo: Global.

\_\_\_\_\_ (2008), *A integração do negro na sociedade de classes*. 5. ed. São Paulo: Global.

MANUAL DO VESTIBULAR, Universidade do Estado da Bahia, 2003.

SOARES, Eliane Veras, BRAGA, Maria Lúcia de S., COSTA, Diogo Valença de A. (2004), “O dilema racial brasileiro: de Roger Bastide a Florestan Fernandes ou da explicação teórica à proposição política”, *Sociedade e cultura*, Goiânia, 5(1): 35-52, jan./jun.

SOARES, Eliane Veras. (1997), *Florestan Fernandes: o militante solitário*. São Paulo, Cortez.